

# 14 de dezembro de 1797

Jolumá Britto

Quando em 1797 Campinas foi elevada a Município e se criou o primeiro caso político na Vila de S. Carlos, culminando com a prisão na cadeia de Santos dos nossos primeiros vereadores eleitos regularmente, a cidade futura estava dividida em duas Companhias militares, com seis bairros que eram: da Boa Vista, das Anhumas, do Capivari, da Ponte Alta, do Atibaia e dos Dois Córregos. Notem-se que um século e meio depois os mesmos nomes são conservados tradicionalmente, tendo evoluído tudo em sua periferia, mas os nomes conservaram-se como a tradição da grandeza que já, então, assoberbava o campineiro.

A primeira Companhia tinha 231 «fógos» (residências) e tinha como Capitão-cmt. Raimundo Alvares dos Santos Prado, o mesmo que se insurgira contra o desmembramento da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Mato Grosso (primitivo nome de Campinas) da então Vila de Jundiá. Possuía a Vila Campineira 2418 moradores, entre brancos, pardos e pretos, numa estatística que sempre acompanhou as anteriores, não se sabendo qual o critério que então se adotava para apuração dos habitantes carolinós.

A população do distrito, por isso mesmo, não era considerada pequena, as casas eram construídas na sua totalidade (com exceções, é claro), de frentes estreitas, com uma porta e uma janela, ou, quando muito, duas e na mesma extensão de uma rua, muita estreita e muito torta, cabia um número de casas sem comparação bem maior do que nos dias atuais. Eram poucas, de taipa e a maior parte de barrotes e muitas delas cobertas de sapé. Nas construções que então se levantavam só excepcionalmente o ferro era empregado. Os pregos eram de garantã e as fechaduras de madeira! Nesse tempo o jornal de um oficial de carpinteiro (as profissões eram mínimas e todo mundo quase se dedicava à lavoura), era de sessenta e oito réis! Os brasileiros, os homens do interior principalmente não se contando, é claro, os portugueses então únicos estrangeiros que povoavam a região, esses brasileiros tinham maravilhosa habilida-

de para se suprir de recursos próprios quaisquer necessidades. Todos os sentidos estavam aperfeiçoados pela obrigação de prover a si mesmos, com todo o necessário. Operações cirúrgicas e, sobretudo, amputações que o serviço de moagem da cana com engenhos verticais tornavam comuns, eram frequentes e feitas com perícia por vários «curiosos» e especialmente pelo então guarda mor Teixeira, pai de Antonio Manoel Teixeira, figura de prol como Prefeito que foi em 1835, tomando, posteriormente, parte no Combate da Venda Grande, como seu comandante militar, em 1842. Os engenhos de cana eram em grande número e homens de posição da capital da Província paulista haviam comprado terras e

conseguido sesmarias que cultivavam por intermédio de administradores, o que tudo forçara o Governo da então Capitania a conceder a solicitada elevação à Vila de São Carlos. É muito de se lastimar que pela ignorância que havia quanto às qualidades das terras e pela preferência que se dava às de qualidade «roxa» e mal situadas, muitos dos primeiros povoadores da antiga freguesia ficassem mal arranchados e caíssem em relativa pobreza e obscuridade. Nesse tempo abundavam por aqui a caça, principalmente pelas margens dos rios Jaguari e Atibaia, sendo de se notar que em 1807 quando se pretendeu erguer a Catedral futura de Campinas, caçavam-se veados aí mesmo no futuro largo do Teatro Municipal!

Quanto às ruas centrais tínhamos três — a de Cima (Barão de Jaguará), a do Meio (dr. Quirino) e a de Baixo (Luzitana), que teve, também, em 1819, o nome de rua da Quitanda.

Em 14 de dezembro de 1797 dava-se solenemente cumprimento ao desejo dos moradores da antiga povoação de Barreto Leme, morto em abril de 1782, tudo sem grande dose de fantasia, numa dessas lindas e ensolaradas tardes das vésperas do Natal. O povo, alvoroçado naquele dia, deramou-se pela praça da matriz velha, ainda não concluída, quando aqui chegou o Juiz Presidente da Câmara de Jundiá, Tenente Francisco de Paula Camargo e instalou solenemente a Vila de São Carlos!

Diário do Povo — 14 de dezembro de 1965 (Cópia do Dr. Ricardo)

CM P 2.1 10.1.16